
ACERCA DA CONTROVÉRSIA

RUI ESTRADA
MESTRE ASSISTENTE
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

This essay aims to discuss the possibility of the existence of controversies in the literary domain. Starting from a famous polemic which has begun in the United States with the publication of a text by Steven Knapp and Walter Benn Michaels entitled "Against Theory" (1982), we would like to suggest that certain perspectives (namely Richard Rorty's) about controversies tend to eliminate any possibility of having a rational discussion. In other words, we would like to suggest that the controversial moment should not be annulled through an abandonment of the arguments.

Procurarei ao longo destas páginas reflectir acerca da questão da argumentação e da controvérsia em quatro textos particulares. De início, aquilo que mais me interessará discutir está relacionado com o modo como cada interveniente aceita os argumentos do outro, o modo como constrói o seu e o valida. Num segundo momento do trabalho procurarei sugerir que há, nesta discussão, argumentos mais válidos do que outros, isto é, procurarei demonstrar que a possibilidade da existência das controvérsias é, neste debate, por um lado posta em causa por Richard Rorty e Adena Rosmarin e, por outro, validada por Dagfinn Follesdal. É neste sentido, que diz respeito à comensurabilidade ou incomensurabilidade dos diversos argumentos numa dada polémica, que optei por um conjunto de textos que me parecem adequados à reflexão acerca desta questão.

Os textos em análise serão respectivamente "Against Theory" de Steven Knapp e Walter Benn Michaels, "On the Theory of «Against Theory»" de Adena Rosmarin, "Philosophy without Principles" de Richard Rorty e "Analytic Philosophy: What Is and Why Should One Engage in It?" de Dagfinn Follesdal. Se a associação dos primeiros três textos, por estarem todos incluídos na mesma polémica¹, poderá não levantar dúvidas, já a inclusão do último pode parecer, à primeira vista, inusitada. É minha convicção que esta eventual sensação de estranhamento desaparecerá à medida que este trabalho for sendo lido.

1 - "AGAINST THEORY"

1.1 - O ARGUMENTO DE KNAPP E MICHAELS CONTRA E.D. HIRSCH.

De acordo com Knapp e Michaels, Hirsch separa, na interpretação, o sentido da intenção, uma vez que imagina que possa existir um "momento

¹Cf. W.J.T. Mitchell, *Against Theory Literary Studies and the New Pragmatism*.

de interpretação antes da intenção estar presente". Ora, como para Knapp e Michaels o sentido, o significado de qualquer frase é indissociável da intenção -isto é, não podemos perceber uma frase sem pressupormos que ela tem uma intenção- a separação que Hirsch faz revela-se desnecessária e errada. Dizem-nos Knapp e Michaels: "Se o sentido [meaning] e a intenção são de facto inseparáveis, então não faz sentido pensar na intenção como um ingrediente [ingredient] que precisa de ser acrescentado; ela tem de estar presente desde o início." (1985:14)

Aquilo que então Hirsch divide não pode ser, de acordo com Knapp e Michaels, o sentido da intenção mas antes o tipo de informação que se pode ter acerca da intenção do autor de determinada frase. Por outras palavras, para uma frase ser uma frase tem de ter uma intenção; podemos todavia interpretar essa mesma frase de modo diverso se tivermos acesso a uma informação diferente daquela que supúnhamos ter estado na origem da frase. Esta informação não pode contudo, para Knapp e Michaels, ser confundida com a intenção. Enquanto a última é indispensável ao entendimento do sentido de uma frase seja ele qual for, a primeira apenas nos pode ajudar a decidir sobre esse sentido. Knapp e Michaels dizem-nos o seguinte:

"Para uma frase como "O meu carro não tem gasolina" ["My car ran out of gas"] ser reconhecida como uma frase, temos que já lhe ter atribuído um falante e logo uma intenção. Ligar uma interpretação da frase ao seu autor [Pinning down an interpretation of the sentence] não envolverá acrescentar um falante [speaker] mas decidir entre um conjunto de possíveis falantes." (1985: 14)

Resumindo, se o significado e a intenção não são separáveis, Hirsch não pode pressupor um momento de interpretação anterior à intenção e, menos ainda, sugerir que dessa pressuposição possa decorrer um método que permite alcançar a determinabilidade na interpretação dos textos.

1.2 - O ARGUMENTO CONTRA PAUL DE MAN.

Segundo Knapp e Michaels, de Man faz decorrer da descrição incontroversa da arbitrariedade da linguagem -isto é, da arbitrariedade da relação entre significante e significado- uma opção teórica que está errada. O erro de de Man consiste precisamente em pensar que existe uma equivalência entre o mero som e o significante. No entanto, de acordo com Knapp e Michaels, o significante e o som são duas coisas distintas: enquanto o primeiro apenas pode ser definido se tiver associado a si um significado (numa relação que é arbitrária), o último, enquanto som em si mesmo, é desprovido de qualquer significado e, por isso, não é linguagem. Neste sentido, o som "Marion" (trata-se do exemplo dado por de Man) ou é um significante e tem a si acoplado um significado ou é um simples som e como tal não é linguagem. Dizem-nos Knapp e Michaels:

90

"Não é verdade que os sons em si mesmos sejam significantes; eles tornam-se significantes apenas quando adquirem sentido, e quando perdem o seu sentido deixam de ser significantes. O erro de de Man é pensar que o som "Marion", permanece um significante mesmo quando vazio de todo o sentido." (1985: 23)

Esta impossibilidade de fazer equivaler o som ao significante dificulta a separação, sugerida por de Man, entre linguagem -entendida como um conjunto de sons desprovidos de qualquer significado ou intenção- e actos de fala (entendidos como uma apropriação com sentido dos sons da linguagem). O que Knapp e Michaels nos dizem desta separação é que ela é irrealizável, na medida em que o significante ao pressupor obrigatoriamente um significado já é linguagem, ou seja, já pressupõe uma intenção, um sentido. Desta forma, cai por terra, segundo Knapp e Michaels, a opção teórica de de Man que consistia em pensar uma linguagem ausente de qualquer intenção ou significado.

1.3 - O ARGUMENTO CONTRA STANLEY FISH.

Knapp e Michaels concordam com Fish quando este afirma que o conhecimento e a crença verdadeira ("true belief") são a mesma coisa. Recusando um modelo de conhecimento ("teoria representacional") que pressupõe a existência de um mundo real e independente das nossas crenças acerca dele (com o qual estas teriam de ser confrontadas), Fish recebe, de início, os aplausos de Knapp e Michaels: "Não podemos alcançar crenças mais verdadeiras recorrendo ao conhecimento como não podemos alcançar o sentido do autor recorrendo à sua intenção, e pela mesma razão: o conhecimento e a crença verdadeira são a mesma coisa." (1985: 26)

Um pouco mais à frente contudo Knapp e Michaels criticam Fish por este, ao sugerir que as crenças que nós temos não são inferiores mas tão só diferentes das anteriores (assumidas por outros noutras alturas), não ter percebido a força da sua reflexão acerca da crença. Por outras palavras, se Fish afirma que o que caracteriza todas as crenças opostas é apenas o facto de elas serem diferentes (nem inferiores, nem superiores) entre si, então, de acordo com Knapp e Michaels, esta afirmação significa que Fish se esqueceu do que havia dito antes: conhecimento e crença verdadeira são iguais. Dizem-nos Knapp e Michaels:

"Imaginar que podemos ver as crenças que defendemos apenas como "meramente diferentes" de crenças opostas defendidas por outros é imaginar uma posição da qual podemos ver as nossas crenças sem realmente acreditarmos nelas. Estar nesta posição seria ver a verdade acerca das crenças sem realmente ter alguma [crença] -conhecer sem acreditar. No momento no qual imagina esta condição de conhecimento fora da crença, Fish esqueceu a sua questão prévia da identificação do conhecimento e da crença verdadeira." (1985: 27)

O erro de Fish terá sido então, segundo Knapp e Michaels, ter reabilitado, quando antes a tinha atacado, a separação entre crença verdadeira e conhecimento. Esta reabilitação passa precisamente pelo facto de Fish, situado num plano fora de todas as crenças, sugerir que elas são afinal "meramente diferentes" entre si. Como é que Fish pode saber isso? Esta questão conduz-nos ao texto de Adena Rosmarin.

2 - "ON THE THEORY OF «AGAINST THEORY»"

2.1 - A "TEORIA REPRESENTACIONAL".

De acordo com Rosmarin, os ataques que Knapp e Michaels fizeram quer a Hirsch, quer a de Man, quer a Fish, sugerindo que estes críticos procuraram separar coisas que eram inseparáveis e retirar daí consequências teóricas, são inapropriados. Esta impropriedade decorre do facto de Knapp e Michaels não terem percebido que as operações de associação/dissociação que eles criticam a Hirsch *et al.* não são só feitas pelos próprios Knapp e Michaels² como também, e mais importante, representam a única forma de fazer "teoria representacional"; são as "estratégias analíticas" desta teoria e não erros de que os seus autores não se tivessem dado conta (1985: 83).

A "teoria representacional" está então, de acordo com Rosmarin, consciente das suas contradições e limitações mas isso em nada a afecta. Fish, diz-nos Rosmarin, sabe perfeitamente que a sua teoria das "estratégias interpretativas" ("interpretive strategies"), para se tornar num novo modelo para os estudos literários, não pode ser sujeita àquilo que enuncia, isto é, tem de ser pensada num nível metacrítico. É esta dissociação entre os fundamentos da teoria e os seus instrumentos que garante à "teoria representacional" a sua eficácia, mesmo que essa eficácia seja minada pela contradição que pode existir na constituição dessa dissociação. Diz-nos Rosmarin:

"O seu projecto agora [projecto de Fish das "estratégias interpretativas"] torna-se a representação deste novo fundamento, e para ser persuasivo tem de parecer que o descreve sem a contaminação do meio de representação [representing medium] ou, o que aqui é o mesmo, as *suas* "estratégias". Obviamente, fundamento e meio [medium] entram em colapso, como sempre acontece nas teorias em que os objectos representados são procedimentos interpretativos - como em Kant, como em Fish." (1985: 86)

Para Rosmarin a crítica de Knapp e Michaels a Fish é assim inconsistente na medida em que o último, no interior da "teoria representacional", só

²Segundo Rosmarin, Knapp e Michaels põem em causa o seu argumento contra a teoria e procedem a associações/dissociações quando, numa nota de pé de página, chamam "teoria positiva" à teoria de W.K. Wimsatt e Monroe C. Beardsley. (1985:82)

90

pode fazer aquilo que faz. Ora dizer que essa teoria é contraditória ou tentar refutá-la alegando essa contradição é inadequado por duas razões: primeiro porque a "teoria representacional" convive bem com as suas contradições inerentes, depois porque atacar a "teoria representacional", invocando o argumento do seu carácter paradoxal, significa simultaneamente continuar a subscrevê-la e continuar a subscrever o paradoxo que a caracteriza. Em suma, o que Rosmarin parece estar a dizer a Knapp e Michaels é que a "teoria representacional" é imbatível dentro do seu campo.

2.2 - A TEORIA "ALTERNATIVA".

Melhor do que procurar minar a "teoria representacional" pode ser, de acordo com Rosmarin, tentar substituí-la. Richard Rorty é evocado nesta substituição que significa, nas palavras de Rosmarin, dar preferência à "conversação" em prejuízo da "confrontação".

É tarefa desta teoria "alternativa" abandonar o quadro conceptual da "teoria representacional", em que os textos literários e os leitores eram reduzidos a uma arquitectura estável e esquematizada, e pensar um novo contexto que apela quer para a infundável riqueza dos textos quer para a ilimitada imaginação do leitor. Para percebermos melhor o que poderá ser esta teoria "alternativa" passemos ao texto de Rorty.

3 - "PHILOSOPHY WITHOUT PRINCIPLES"

Neste texto, Rorty procura explicar-nos que a melhor solução para triunfar sobre a "metafísica da presença" ou a "teoria representacional" não é refutá-la mas esquecê-la. Esta atitude, que como vimos era também sugerida por Rosmarin, consiste em admitir que a "metafísica da presença" é imbatível no seu próprio terreno. Sendo assim a única alternativa para a vencermos é mudar de vocabulário, isto é, nas palavras de Rorty, contar histórias diferentes das da "metafísica da presença". Diz-nos Rorty:

"Se nós pensarmos a filosofia como sendo inteiramente uma questão de argumentos dedutivos, então este jogo de espelhos [game of mirrors] será, de facto, o nosso único recurso. Mas também podemos pensar a filosofia de outras formas -em particular, como uma disciplina [matter] que conta histórias: histórias acerca das razões por que nós falamos como falamos e acerca de como poderíamos evitar continuar a falar dessa maneira. Quando te encontras a ti próprio perante um impasse argumentativo, confundido pela recusa do teu oponente em deixar de colocar questões que pensas que não deves responder, podes sempre desviar os fundamentos [ground] [desse impasse] levantando questões acerca do vocabulário que ele ou ela estão a usar." (1985: 135)

Aquilo que Rorty parece estar a sugerir é uma fuga à argumentação, isto é, perante uma dificuldade argumentativa deve-se em vez de questionar ou

tentar resolver essa dificuldade, questionar a necessidade de questionar essa dificuldade. A teoria "alternativa" significa assim uma tentativa de criar um novo vocabulário que ignora, por impossibilidade de os derrotar, os argumentos e as questões da "metafísica da presença".

62

A passagem neste texto em que Rorty se refere à polémica entre Jacques Derrida e John Searle (p. 135) é mais um exemplo do que podemos entender pela teoria "alternativa". Rorty, ao dizer-nos que quando Derrida discute com Searle no seu terreno se torna um alvo fácil ("patsy") para o último, está a dizer-nos, uma vez mais, que a teoria "alternativa" reconhece a impossibilidade de vencer a "metafísica da presença" no seu campo; está também a dizer-nos que o que Derrida deve fazer é substituir a argumentação por uma narrativa, uma história.

Resumindo, o erro de Knapp e Michaels e o erro de Derrida, para Rorty, consiste em não terem percebido que respectivamente Hirsch *et al.* e Searle não devem ser refutados mas ignorados. Antes de pensarmos a questão da inteligibilidade que tem de caracterizar a teoria "alternativa" e dos problemas que isso lhe pode trazer, vejamos o último dos textos a analisar em que Follesdal nos diz precisamente que a principal característica da filosofia decorre da capacidade de argumentar e refutar.

4 - "ANALYTIC PHILOSOPHY: WHAT IS AND WHY SHOULD ONE ENGAGE IN IT?"

Follesdal procura ao longo deste texto encontrar uma boa definição para a filosofia, mais concretamente a filosofia analítica. Depois de nos dizer que o caracteriza a filosofia não é a análise de determinados problemas nem a adopção de determinadas doutrinas, Follesdal elege a argumentação e a justificação como as qualidades principais do discurso filosófico. São estas qualidades que permitem ao filósofo alcançar um "equilíbrio reflexivo" ("reflective equilibrium"), isto é, uma teoria. Diz-nos Follesdal:

"A teoria das conexões gerais tem de ajustar-se aos detalhes, e os detalhes têm de encontrar um lugar na teoria mais geral. É através desta espécie de "equilíbrio reflexivo" que nós alcançamos as justificações das nossas percepções [insight] filosóficas, das percepções gerais assim como das minuciosas, das específicas." (1997: 10)

Uma vez que para Follesdal a filosofia se constrói a partir desta teoria da argumentação e da justificação, os filósofos que não a adoptam são considerados não analíticos. Martin Heidegger e Derrida são acusados por Follesdal de fazerem um uso excessivo da retórica em prejuízo dos argumentos e das justificações³. Esta situação pode levar a que por vezes

³Esta crítica é curiosa uma vez que a retórica, ou pelo menos parte dela, lida precisamente com a questão dos argumentos e das refutações. A retórica aristotélica é um exemplo disso.

possamos não perceber as suas conceptualizações filosóficas. Como nos diz Follesdal:

"Isto não quer dizer que Heidegger, e talvez também Derrida, não possam ter percepções [insight] filosóficas. Mas para revelar estas percepções seria necessário formular as suas respectivas perspectivas de uma maneira clara, de modo a perceber o que poderia ser aduzido a favor ou contra elas. A falta de argumento e de justificação põem um problema peculiar a esta reconstrução. O argumento e a justificação contribuem para a clarificação daquilo que é defendido; se estão ausentes, a interpretação torna-se difícil." (1997: 12)

Follesdal exemplifica esta dificuldade, decorrente da ausência de argumentos e justificações, de clarificação das posições filosóficas evocando (tal como Rorty o fizera) a polémica entre Derrida e Searle. De acordo com Follesdal, o primeiro não discute as objecções do último; em vez disso, dirigindo-se a Searle como SARL (Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada), diz-nos que este não tem vontade de assumir a responsabilidade pelas suas posições. Esta atitude de Derrida, para Follesdal, pode cativar a audiência mas não é filosófica.

Concluindo, contrariamente a Rorty que aconselhava Derrida a não argumentar com Searle, Follesdal só vê uma forma de a controvérsia entre Derrida e Searle ser filosófica e perceptível: o primeiro tem de argumentar, refutando-o ou não, com o último de modo a poder alcançar-se o "equilíbrio reflexivo".

5 - PONTO DE CHEGADA

O que parece estar em conflito nos textos analisados, sobretudo a partir do texto de Rosmarin, diz respeito a duas maneiras distintas de pensar uma controvérsia. Enquanto para Follesdal discutir significa clarificar posições, através da argumentação, com o adversário, para Rosmarin e para Rorty "conversar" significa introduzir um novo vocabulário que seja mais atraente que o anteriormente usado. Podemos ver a diferença destas atitudes em relação à controvérsia recorrendo a Derrida, utilizado nestes artigos como exemplo de coisas opostas. Para Follesdal Derrida é desinteressante quando não responde às objecções concretas de Searle; para Rorty (e possivelmente também para Rosmarin) o filósofo francês é verdadeiramente atractivo quando, em vez de responder a Searle, conta uma história ou uma narrativa, ou seja, fala de outra coisa.

Gostaria de sugerir, procurando agora fazer um balanço da análise destes textos, que me parece mais eficaz e válida⁴ a atitude de Follesdal em relação às controvérsias do que a de Rosmarin e Rorty.

⁴Não discutirei neste trabalho nem o que Rorty nem o que Follesdal afirmam acerca de Derrida. Neste ponto parece-me contudo que ambos estão errados.

Rosmarin, do meu ponto de vista, tem razão quando afirma que a "teoria representacional" tem de viver com os seus equívocos. Sugerir que Knapp e Michaels poderiam ser alvo do mesmo tipo de argumentação de que se serviram para atacar Hirsch *et al.* significa constatar o círculo vicioso que Rosmarin diz ser característico desta teoria. Rosmarin diz-nos também contudo, quando se refere a Fish, que esse círculo vicioso em nada afecta a "teoria representacional"; pelo contrário, Fish estava consciente dele e a sua teoria das "estratégias interpretativas" continuava, em qualquer caso, a ser uma boa teoria. Com Knapp e Michaels, Rosmarin é menos condescendente: porque eles tiveram a ousadia de atacar a teoria em geral quando só deveriam ter atacado uma forma de fazer teoria (a "teoria representacional"), Rosmarin simultaneamente critica-os -dizendo que afinal eles não são, contrariamente a Fish, bons representantes da "teoria representacional"- e sugere uma nova maneira de pensar a teoria ou as controvérsias.

A teoria "alternativa", conceptualizada por Rosmarin a partir de Rorty, representa, na minha perspectiva, o mau passo de Rosmarin neste texto. A ideia de que pode haver uma solução mágica para a controvérsia, ou seja, que os equívocos das controvérsias da "teoria representacional" possam desaparecer na teoria "alternativa" parece-me infundado.

Um novo vocabulário, uma espécie de vocabulário privado, imune à "metafísica da presença", simplesmente não existe, não é inteligível, não é alternativa. Com isto pretendo dizer simultaneamente duas coisas, sendo a segunda decorrente da primeira: em primeiro lugar que a alternativa de Rorty à "metafísica da presença" só é entendível, embora Rorty não pense assim, no quadro conceptual dessa mesma metafísica; em segundo, partindo deste princípio da impossibilidade de Rorty poder esquecer o vocabulário da "teoria representacional", que a sua resposta a essa teoria é, em muitos casos, redutora e ineficaz.

A pressuposição de Rorty de que a teoria "alternativa" cria um novo vocabulário que está desligado do vocabulário da "metafísica da presença" não tem aplicação. Para que esse novo vocabulário seja reconhecido, a sua suposta originalidade tem de estar, desde o início, marcada por aquilo que o novo vocabulário procura rejeitar. Esta é a condição de possibilidade de um novo vocabulário, seja ele qual for. A este propósito diz-nos Rodolphe Gasché:

"Se tudo isto é verdade, as fantasias privadas têm na sua singularidade autêntica (...) de estar já habitadas pela generalidade, pelo público. De outra maneira, não seriam reconhecíveis, isto é, inteligíveis, por aquilo que são; (...) as fantasias privadas têm uma relação intrínseca com a generalidade e a repetição que é constitutiva da possibilidade real de qualquer coisa como o privado e a fantasia."
(1994: 10)

De acordo com Gasché o privado para ser privado tem de ser público, tal como um novo vocabulário para ser novo tem de pressupor o vocabulário anterior. A libertação que para Rorty significa a teoria "alternativa" revela-se assim incompleta. Mesmo que Rorty afirme que não quer superar, mas esquecer, a "metafísica da presença", o mais que consegue fazer é que os seus adversários lhe digam que não está a argumentar nem justificar os seus pontos de vista. É neste sentido que o ideal de um vocabulário especial com o qual, em vez de nos defrontamos, apenas conversamos perde a razão de ser. Em suma, só entendemos os textos de Rosmarin e de Rorty uma vez que ambos discutem no campo da "metafísica da presença", embora contra ele.

Mas se Rosmarin e Rorty não podem, pelas razões apresentadas, inaugurar um vocabulário único, também a sua maneira de defrontar a "metafísica da presença" se revela ineficaz. É redutor, visto que impede o aparecimento de novas controvérsias numa área comensurável, sugerir que Knapp e Michaels não devem fazer o que fizeram aos seus adversários, isto é, procurar refutá-los construindo, como diz Rosmarin de Fish, um novo fundamento. Por outras palavras, se seguíssemos as indicações de Rosmarin e de Rorty acerca das controvérsias deixaríamos Hirsch *et al.* sem resposta. Não me parece que esta alternativa seja melhor do que os argumentos de Knapp e Michaels. Por isso penso, como referi em cima, que, perante os dois modelos teóricos, a opção de Follesdal pela argumentação me parece mais válida do que a de Rorty pela conversação.

Este critério de validade significa, para mim, apenas aquilo que torna o momento controversial possível. É isto que de facto separa Rorty de Follesdal. Enquanto o primeiro anula, ao evitar responder às questões do seu adversário, a possibilidade de existência de qualquer controvérsia, o último reconhece como seus oponentes todos os que argumentarem e justificarem os seus pontos de vista. Neste sentido, Follesdal possivelmente não se recusaria a discutir com Derrida (como fez Searle), desde que o filósofo francês respeitasse as regras mínimas que podem dar início a uma controvérsia; Rorty, pelo contrário, aconselha Knapp e Michaels (e o próprio Derrida) a evitarem a eclosão de qualquer discussão, isto é, aconselha-os a deixar os seus adversários sem resposta.

Esta sugestão de Rorty de que a ausência de resposta é a única arma contra a "teoria representacional" pode todavia conduzir-nos a um "impasse argumentativo". Cito esta expressão (ver citação acima) com um sentido diferente daquele que provavelmente Rorty lhe dá. O "impasse argumentativo", ou mesmo a total incomensurabilidade argumentativa, pode surgir se nos recusamos a responder a Hirsch *et al.* ou se lhes

respondemos de tal forma que estes nos dizem, como Follesdal diz de Derrida acerca da polémica com Searle, que estamos a fugir aos seus argumentos ou às suas objecções. Estas são, em meu entender, a falta de validade e a ineficácia que podem decorrer da posição rortiana acerca das controvérsias. Falta de validade na medida em que as controvérsias correm o risco de perder a sua natureza controversial, isto é, de desaparecerem; ineficácia na medida em que a vitória da "teoria representacional" sobre a teoria "alternativa" se revela inevitável: enquanto a última não alimenta qualquer controvérsia, por a reconhecer imbatível, com a primeira, procurando somente ignorá-la, a primeira aceita todas as polémicas que se fundamentam na argumentação e na justificação.

Podemos dizer, para terminar, que o próprio Rorty também parece, ainda que implicitamente, reconhecer a inescapabilidade da argumentação. No seu texto, ao dividir a filosofia e as polémicas entre aqueles que ainda usam as velhas e más oposições platónicas e os pragmatistas (como ele próprio), Rorty está a construir mais uma oposição e naturalmente que a vai defender e proteger com argumentos e justificações. Talvez mais interessante contudo do que esta observação fosse pensar o que poderia ser uma controvérsia entre a teoria "alternativa" de Rosmarin e o novo vocabulário de Rorty. Não haveria qualquer controvérsia, dir-nos-ia possivelmente Rorty. Estavam então sempre de acordo? Mas não era este tipo de acordo intemporal e consensual que, por exemplo, também Platão desejava?

BIBLIOGRAFIA

FOLLESDAL, Dagfinn, "Analytic Philosophy: What Is and Why Should One Engage in It?", traduzido por H.J. Glock, in Hans-Joham Glock, *The Rise of Analytic Philosophy*, Oxford, Blackwell Publishers, 1997, pp. 1-16.

GASCHÉ, Rodolphe, 1994, *Inventions of Difference*, Cambridge, Massachusetts, London, England, Harvard University Press, 1995.

W.J.T. Mitchell, *Against Theory, Literary Studies and the New Pragmatism*, Chicago, University of Chicago Press, 1985.